

MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Ana Carolina da Silva Santos¹
Elione Maria Nogueira Diógenes²

RESUMO

O seguinte escrito apresenta observações, resultados e reflexões acerca das experiências vivenciadas no decorrer da matéria de Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Estas experiências são analisadas através de uma perspectiva pautada na Educação em Direitos Humanos (EDH), nos levando a questionamentos referentes ao seu desenvolvimento no âmbito escolar. Tendo sido construído a partir de um método qualitativo, por meio do Estudo de Caso, este trabalho apresenta os resultados obtidos mediante a observação no campo escolar. Trago como referencial teórico e metodológico os seguintes autores: Benevides (2003), Candau (2010), Ventura (2007), Duarte (2004), Dias (2007), Padilha (2008), Carvalho (2004), Fernandes e Paludeto (2010). E além disso, são apresentados embasamentos teóricos de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Sendo assim, é apresentada neste trabalho, a dualidade existente no espaço escolar em relação a aplicação da Educação em Direitos Humanos (EDH). Dentre os resultados, é evidenciada a importância do trabalho conjunto entre os sujeitos presentes na escola, e visando a efetivação da Educação em Direitos, aparece como uma necessidade o exercício da autocrítica, para que possamos primeiro ver onde estão os erros, para somente assim, seguir em frente viabilizando uma mudança neste cenário, onde a implementação da EDH ainda acontece de forma tímida.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Espaço Escolar, Formação de Sujeitos.

INTRODUÇÃO

O seguinte escrito apresenta observações, resultados e reflexões acerca das experiências vivenciadas no decorrer da matéria de Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Estas experiências são analisadas através de uma perspectiva pautada na Educação em Direitos Humanos (EDH), nos levando a questionamentos referentes ao seu desenvolvimento no âmbito escolar.

Entendendo a EDH como “a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.” (BENEVIDES,2003,p.309), objetivo contribuir para com os estudos na área e ao compartilhar minhas experiências, destaco o intuito de apresentar um recorte da realidade observada na sala de aula de uma escola do Ensino

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, carolssantos96@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora - Universidade Federal de Alagoas- UFAL, elionend@uol.com.br;

Fundamental no estado de Alagoas. Posto isso, dentre os demais objetivos deste escrito, também saliento o incentivo ao debate sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH).

Dessa forma, o presente trabalho foi construído a partir de um método qualitativo, por meio do Estudo de Caso, me aprofundo na temática em questão e apresento os resultados obtidos mediante a observação no campo escolar.

METODOLOGIA

Partindo dos estudos teóricos e epistemológicos, a metodologia deste trabalho esteve pautada no método qualitativo conhecido como Estudo de Caso. Esta estratégia de pesquisa propõe uma investigação aprofundada do objeto de estudo escolhido, neste caso, as experiências ocorridas durante o Estágio Supervisionado em uma escola de Ensino Fundamental localizada em Maceió.

Dessa forma, conceituamos o Estudo de Caso da seguinte forma:

(...) um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.). Vale, no entanto, lembrar que a totalidade de qualquer objeto é uma construção mental, pois concretamente não há limites, se não forem relacionados com o objeto de estudo da pesquisa no contexto em que será investigada. Portanto, por meio do estudo do caso o que se pretende é investigar, como uma unidade, as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa. (VENTURA, 2007, pg. 384)

No desenvolvimento deste escrito, saliento a importância das observações na escola e nos espaços da mesma, como por exemplo a sala de aula, pois durante o período de dois meses, tive participação no cotidiano da escola observada e no desenvolvimento do Estágio Supervisionado, passei por duas turmas diferentes, assim coletando informações referentes aos seguintes questionamentos: A Educação em Direitos Humanos é parte do cotidiano da escola e da sala de aula? Se sim, de que forma? E como é possível continuar a instigar a promoção dos ideais da EDH?

Dentre os instrumentos utilizados para a coleta de dados, além da observação, foram aplicadas entrevistas com os membros da escola, desde a coordenação, até o professor em sala de aula.

Neste sentido, saliento a seguinte perspectiva em relação ao uso de entrevistas para a coleta de dados:

“Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações

consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.” (DUARTE, 2004, pg.215)

Além da utilização deste instrumento para a coleta de dados, foi também por meio dos momentos reservados para a regência no Estágio Supervisionado, que nos proporcionaram ter o contato semanalmente com os alunos em sala, e assim, houve o estímulo para conversas com os alunos, e estes momentos, viabilizou um entendimento diferenciado sobre as ações observadas em sala de aula. Estas ações e falas de alunos, coordenação e professores, auxiliaram neste estudo, pois mediante a isto, evidencio o papel desempenhado pela Educação de Direitos Humanos neste cenário específico.

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E OS SEUS SUJEITOS NO ESPAÇO ESCOLAR

Ao analisar os direitos humanos a partir de uma perspectiva educativa, nos deparamos com problemáticas atuais que ocorrem nos espaços escolares e se relacionam com os princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH), incluindo desde problemas de disciplina, até ao próprio desenvolvimento escolar dos alunos.

A EDH se interliga com estes aspectos pois ela apresenta ideais que buscam estabelecer uma realidade social, onde o aluno seria estimulado por meio da aprendizagem, a pautar as suas ações em princípios igualitários, democráticos e justos, assim construindo uma sociedade que teria como base estes mesmos princípios. E na contra-mão desta concepção, as atuais instituições escolares vivenciam o aumento nas ocorrências de problemas comportamentais e educativos, fato este que nos leva a questionar, quem é o aluno que estamos formando mediante ao atual cenário político e social?

A efetividade dos direitos humanos, em especial a garantia de educação para todos, é historicamente uma luta, onde muitas vezes avançamos e em outros momentos, sofremos com retrocessos. Portanto, compreendendo como “tarefa de todos os que trabalham em prol da promoção e defesa dos direitos humanos, lutar pela efetividade do direito à educação ao tempo em que também nos compete denunciar sua violação.” (DIAS, 2007, p.449), é apresentada neste trabalho, a dualidade existente no espaço escolar em relação a aplicação da Educação em Direitos Humanos (EDH).

Na escola de ensino fundamental, que serviu como base para as observações pontuadas no decorrer deste escrito, percebe-se que os princípios para uma educação igualitária se perdem quanto a própria escola dividi seus alunos entre os melhores ou piores. Esta divisão é notável

para todos os professores na instituição e os mesmos são avisados de certas observações pré-estabelecidas sobre as turmas, e somente isto, já influencia no modo como o professor atuará em sala, pois ao pré-julgar os alunos, o profissional o enxerga de acordo com isto, então o aluno indisciplinado será sempre o aluno sem solução e deixado de lado, e na observação, notamos que esta divisão não ocorre de forma individual mas sim de forma coletiva pois existem as turmas consideradas “boas” e “calmas”, enquanto outras, por terem repetentes e alunos indisciplinados, são automaticamente apresentadas como turmas difíceis.

Assim, ao tratarmos da escola, destaco a seguinte compreensão referente ao papel da escola na EDH:

Uma escola que, ao pensar o seu projeto e o seu currículo, trabalhe antes de tudo as relações pessoais e interpessoais entre os sujeitos, que direta ou indiretamente se encontram no espaço escolar e comunitário, organizando, através dos seus diversos colegiados escolares, os seus princípios de convivência e o seu regimento, construídos através do esforço coletivo, que aprende a participar participando e que, desta maneira, constrói e reconstrói, processualmente, a sua própria autonomia, jamais doada. (PADILHA, 2008, p.27)

Os alunos, marcados como sem um futuro, com ações por parte de professores e coordenação que embasam esta ideia, acabam desistindo do seu direito a educação, exatamente pela atmosfera hostil encontrada na escola. Neste sentido, identificamos os seguintes dados:

(...) no ensino fundamental, cuja universalização está em vãos de ser alcançada, a relação acesso, permanência e qualidade representa uma equação de difícil resolução. Os dados do INEP, disponíveis no Censo Escolar 2006, referentes às taxas de evasão (7,5%) e repetência (13%) no ensino fundamental, expõem a fragilidade das políticas educacionais em termos de permanência e qualidade da educação. Tais dados são mais alarmantes ainda, quando olhamos para o ensino médio. Em 2005, a taxa de evasão foi de 15,3% enquanto a taxa de reprovação ficou com um desolador índice de 11,5%. (CARVALHO, 2004, p.450)

Em momentos na sala de aula, os alunos respondiam de maneiras diferentes a certos estímulos, por exemplo, no desenvolvimento de atividades no Estágio Supervisionado, foi visível o fato de que alguns alunos vinham para a escola com problemas com os quais os professores não poderiam modificar dada a natureza pessoal das questões, mas outros alunos somente agiam de forma desrespeitosa em sala, ao serem negligenciados, vistos como aqueles que não entenderiam o assunto, ou fariam as atividades, eles se posicionavam de acordo com tais expectativas, pois era palpável a diferença no tratamento destes sujeitos.

Portanto, destaca-se que:

“É na relação que o sujeito contrai com os valores que a cultura e a sociedade definem para si mesmas, que a ação educativa se efetiva. A idéia do respeito ao saber do outro, só possível mediante práticas educativas dialógicas, traz consigo a possibilidade de juntos, educadores e educandos construir processos de emancipação humanos que repercutem em seus modos de sentir, de pensar e de agir frente ao mundo, aos outros sociais e a si próprios.” (CARVALHO, 2004, p. 454)

Neste sentido, retornamos para a figura do professor dentro da EDH. Sendo visto como “um agente sociocultural e político”, o educador desempenha um papel de grande importância no contexto geral, pois ele está em sala de aula para pautar certas discussões, e por isso se faz necessária a construção e o constante estímulo de uma consciência crítica referente aos Direitos Humanos. Ao abordarmos questões relacionadas a Educação em Direitos Humanos, destaca-se a seguinte fala:

“Um aspecto importante para a Educação em Direitos Humanos desde as suas origens a meados da década de 1980 é a promoção e criação de uma cultura informada pelos direitos que contribua para a afirmação da cidadania e dos processos democráticos em todas as dimensões das pessoas e das sociedades.” (CANDAUI, 2016, .p.35)

Portanto a figura do professor se estabelece como uma ponte para o debate sobre a EDH. Assim, estes aspectos devem ser refletidos por meio da formação inicial e continuada. Mediante a observação feita no espaço escolar, notamos um certo despreparo no que diz respeito a este quesito, pois tendo observado duas turmas diferentes, também foram analisadas duas professoras diferentes.

Em uma das turmas era evidente a falta de preparo para lidar com as diversas transições da etapa do Ensino Fundamental, onde os alunos encontram uma realidade diferente da vivenciada na Educação Infantil. Sendo assim, nota-se que muitas vezes subestimamos o que pode ser trabalhado em sala de aula, tendo em vista, a ideia de que os alunos não acompanhariam. O Ensino Fundamental se coloca como um espaço ideal para o início de debates sobre o multiculturalismo e os princípios básicos dos direitos humanos, portanto foi observada a necessidade de serem pensadas estratégias de ensino que englobem esta temática de forma compreensível para os alunos desta etapa.

Ao abordar a figura do aluno, saliento o seu direito a garantia de educação, pois:

“o Estatuto prevê que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo de sua obrigação visar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de sua residência; é também dever do Estado assegurar ensino fundamental obrigatório e gratuito(Artigo 208 da Constituição).” (FERNANDES e PALUDETTO, 2010, p. 236)

Diante disso, trago que “é na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade.” (FERNANDES e PALUDETTO, 2010, p.237) Durante os momentos de observação e interação com os alunos, foi observado que era possível instigar a discussão sobre aspectos sociais relevantes sem que eles perdessem o interesse ou não soubessem o que comentar. Na verdade, ocorreu o contrário, todos sobre tinham uma opinião para se acrescentar ao debate. Por exemplo, se era trazido para a sala, a

leitura de um livro infantil com um personagem negro relatando saudades de casa, um modo lúdico de tratar do período da escravidão, os alunos demonstravam ter referências para ditarem os seus comentários sobre quaisquer assuntos.

Especialmente ao trabalhar a Educação em Direitos Humanos, destaca-se a universalidade de seus temas, estando todos eles presentes em nosso cotidiano, assim tornando imprescindível o estímulo do debate referente a nossa realidade social, pois compreendendo a mesma, serão formados sujeitos conscientes de seus direitos. Dessa forma, todos os sujeitos presentes no espaço escolar se conectam quando discutimos a EDH, e somente com a participação de todos que será possível contemplar uma aplicação totalmente efetiva da Educação em Direitos Humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos por meio da trajetória para a construção deste escrito. Dessa forma, interligando os aspectos observados no campo escolar com o estudo teórico sobre a Educação em Direitos Humanos, apresento uma discussão referente a temática em destaque.

Mediante a investigação, foram encontradas múltiplas realidade dentro do espaço escolar, e esta dualidade, instigou os seguintes questionamentos: A Educação em Direitos Humanos (EDH) ocorre de forma efetiva em todas as áreas da escola? Se não, quais estratégias de ensino usar para promover a EDH? E quais são os papéis de seus sujeitos, como por exemplo, a coordenação, professores e alunos?

Tendo em vista os objetivos apresentados no documento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), entende-se como papel da educação:

(...) difundir a cultura de direitos humanos no país, o que prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais. (Brasil, 2006, p. 26)

Neste sentido, evidencio a importância do trabalho em conjunto dos sujeitos no âmbito escolar. Pois, é esta união de valores que irá auxiliar a integrar como parte do cotidiano dos alunos, a promoção da Educação em Direitos Humanos. E ela está presente em vários aspectos de nosso dia a dia, e assim não se trata somente de discutir esta temática, mas também de integrar os princípios dos direitos humanos em nossas ações cotidianas.

E isto acontece por meio da leitura, da conversa, da realização de projetos visando o entendimento sobre igualdade e outras pautas que envolvem o debate da Educação em Direitos

Humanos, como por exemplo, a valorização de características étnicas e culturais de diferentes grupos.

Assim, “a afirmação da diversidade é traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e se repõe permanentemente, tendo a Ética como elemento definidor das relações sociais e interpessoais.” (FERNANDES e PALUDETO, 2010, p. 244)

No âmbito legal, é estabelecido pelo o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEHD) as seguintes propostas em relação a figura do professor e da coordenação escolar:

O documento do PNEHD propõe que o professor insira a educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares; integre esta educação aos conteúdos, metodologias e formas de avaliação dos sistemas de ensino; estimule os professores e colegas à reflexão e discussão do mesmo; desenvolva uma pedagogia participativa; torne a educação em direitos humanos um elemento relevante aos alunos, em todos os níveis; fomente a discussão de temas como gênero e identidade, raça e etnia, orientação sexual e religião, entre outras; apoie a formação de grêmios e conselhos escolares. Enfim, são 27 pontos de orientação para que a equipe escolar trabalhe a temática com os alunos e a comunidade. (FERNANDES e PALUDETO, 2010, p. 245)

Cabe destacar que visando a efetivação da Educação em Direitos, e tendo como base os estudos práticos e teóricos, aparece como uma necessidade o exercício da autocrítica, para que possamos primeiro ver onde estão os erros, para somente assim, seguir em frente viabilizando uma mudança neste cenário, onde a implementação da EDH ainda acontece de forma tímida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste escrito representou um marco importante no desenvolvimento da minha formação acadêmica. Ter a oportunidade de ir para o espaço escolar e presenciar o seu cotidiano fez com que esta experiência fosse uma rica fonte de aprendizagem, pois interligar os aspectos teóricos da Educação em Direitos Humanos com os aspectos observados na prática educacional faz com o que exista um olhar mais aprofundado para com as situações, antes vistas no estudo teórico.

Além disso, a análise de sujeitos como alunos, professores e coordenação, traz uma diferente perspectiva, onde existe uma compreensão ampliada sobre os desafios encontrados na prática da docência. Dessa forma, constato que por meio desta experiência, reafirmo a importância do estímulo para a socialização do diálogo sobre a Educação em Direitos Humanos.

Visando uma educação embasada nos princípios democráticos, a EDH possibilita a construção de sujeitos conscientes sobre si mesmos e o seu papel na sociedade, assim contribuindo para com o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. E este é o papel

da escola, formar o seu aluno para a vida plena em sociedade como um sujeito crítico e consiente.

Neste sentido, a Educação em Direitos Humanos, representa para mim um caminho necessário para a melhora da vida em sociedade e por isso saliento a sua relevância para o futuro da educação. Portanto, este escrito busca investigar e explorar os princípios e os limites da efetivação da Educação em Direitos Humanos no espaço escolar, e assim por meio deste trabalho, destaco também o propósito de contribuir para a discussão sobre esta temática que se encontra mais atual do que em qualquer outro momento de nossa história.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata. **Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP**, p. 309-318, 2003.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. Cortez Editora, 2016.
- CARVALHO, José Sérgio et al. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 435-445, 2004.
- DIAS, Adelaide Alves et al. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária**, 2007.
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.
- FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos Cedes**, p. 233-249, 2010.
- PADILHA, Paulo Roberto. Educação em direitos humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 2, p. 23-35, 2008.
- VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.